

MÃES NO CÁRCERE: ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO HABEAS CORPUS COLETIVO 143.641/SP NAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL NO PERÍODO ENTRE 2018 A 2022

Hemilly Gabriellen Santana Santos¹(PIBIC/CNPq); hemilly.gabriellen@souunit.com.br
Carla Ímina Rocha Santos¹(PROVIC/Unit); carla.imina@souunit.com.br Grasielle
Borges Vieira de Carvalho¹(Orientadora); grasielle.borges@souunit.com.br

¹Universidade Tiradentes/Direito/Aracaju/SE.

6.00.00.00-7 Ciências Sociais Aplicadas; 6.01.00.00-1 Direito

RESUMO

Introdução: O reconhecimento do estado de coisas inconstitucional do sistema prisional brasileiro, propiciou um espaço de questionamento do sistema penal, originando o Habeas Corpus coletivo 143.641/SP, a fim de favorecer o desencarceramento e assegurar que as mulheres presas em situação de maternidade e suas crianças tivessem seus direitos materializados. **Objetivo(s):** Analisar as jurisprudências que tratam do Habeas Corpus coletivo 143.641/SP nos Tribunais de Justiça da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Sergipe; mapear as normas que versam sobre o encarceramento; e identificar caminhos para alterar o cenário de violações de direitos no sistema de justiça criminal. **Metodologia:** Realizou-se revisão bibliográfica e documental, com o mapeamento de dados e relatórios oficiais e análise de decisões judiciais. **Resultados:** Embora seja evidente que os indivíduos encarcerados, independentemente de suas singularidades, são atingidos por violações sistemáticas de direitos, o cárcere possui agravantes de gênero, pois os estabelecimentos penais foram construídos através da ótica masculina, sendo desprezadas as particularidades femininas, o que viola diretamente as Regras de Mandela, por não haver observância ao princípio da não discriminação, as Regras de Bangkok, a Lei de Execução Penal e demais normas relacionadas ao encarceramento feminino. Ademais, também são evidentes as agravantes de classe e raça, considerando que são as mulheres negras e pobres as principais impactadas pelo aprisionamento em massa (BRASIL, 2019)¹, o que reforça as conexões do sistema penal com o racismo e demonstra as estratégias de controle e extermínio dos corpos pretos provenientes do período pós-escravidão (WERMUTH; MARCHT; MELLO, 2020)². Nesse cenário, mostrou-se necessário verificar se o Habeas Corpus coletivo 143.641/SP tem atingido seu propósito: desencarcerar. Por meio da análise das decisões judiciais, constatou-se que entre as 148 decisões encontradas nos Tribunais de Justiça da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Sergipe, 111 habeas corpus tiveram ordens denegadas, 35 tiveram ordens concedidas e 2 tiveram ordens prejudicadas; entre o total das ordens denegadas, 55 estavam em desconformidade com a decisão da Suprema Corte. As fundamentações em dissonância foram as seguintes: ausência de imprescindibilidade da mãe para os cuidados do infante; gravidade abstrata do delito; tráfico de entorpecentes na residência ou em estabelecimento penal; falta de documento que ateste a maternidade; e simples reiteração delitiva. Reconhecendo as implicações do sistema penal brasileiro, movimentos ideológicos surgiram para refletir sobre novos caminhos para o sistema penal, resumidamente, esses se fundamentam na necessidade de um direito penal mínimo e/ou na abolição do sistema, substituindo-o por mecanismos alternativos de resolução de conflitos, que empoderem as partes envolvidas na conduta criminosa e limite o poder decisório do Estado (ANDRADE, 2006)³. **Conclusão(ões):** Para que as normas e decisões judiciais que objetivam o desencarceramento sejam efetivadas, é imprescindível uma mudança no sistema de justiça criminal. Imediatamente, deve-se priorizar os meios conciliatórios de resolução de conflitos; retirar da esfera penal infrações patrimoniais sem violência ou grave ameaça; e descriminalizar e legalizar as drogas ilícitas,

considerando se tratar de um problema de saúde pública ao invés de criminal, desse modo, rompendo com as violências provenientes da “guerra às drogas”, que encarcera, seletivamente, os mais vulneráveis.

PALAVRAS-CHAVE: Habeas Corpus coletivo, maternidade, sistema penal.

ABSTRACT

Introduction: The recognition of the unconstitutional state of affairs of the Brazilian prison system provided a space for questioning the penal system, giving rise to the collective Habeas Corpus 143.641/SP, in order to promote extrication and ensure that women prisoners in a maternity situation and their rights as children materialized. **Objective(s):** To analyze the jurisprudence that deal with the collective Habeas Corpus 143.641/SP in the Courts of Justice of Bahia, Pernambuco, Paraíba and Sergipe; mapping the norms that deal with incarceration; and identify ways to change the current violation of rights in the criminal justice system. **Methodology:** A bibliographic and documental review was carried out, with the mapping of data and official reports and the analysis of subsequent decisions. **Results:** Although they are incarcerated, regardless of their singularities, they are affected by systematic violations of women's rights, since penal establishments were built from a male perspective, being despised as feminine details, which is directly feminine in the Mandela Rules, for not compliance with the principle of non-discrimination, the Bangkok Rules, the Penal Execution Law and other regulatory provisions related to female incarceration. In addition, in addition, they are also evident as aggravating class and race, given that black and poor women are the main impacted by mass imprisonment (BRASIL, 2019), which reinforces the links between the penal system and racism. and demonstrates how to control and exterminate black bodies from the post-slavery period (WERMUTH; MARCHT; MELLO, 2020). In this scenario, it proved necessary to control whether the collective Habeas Corpus 143.641/SP has its purpose: to extricate. By analyzing the decisions of Bahia, 111 habeas corpus were denied, 35 had marriage orders granted and 35 had marriage orders granted and 2 decisions; among the total of orders denied, 55 were in disagreement with the decision of the Supreme Court. The reasons in dissonance were the following: lack of indispensability of the mother for the care of the infant; abstract gravity of the offense; trafficking in narcotics at home or in a penal establishment; lack of document attesting to maternity; and simple criminal reiteration. Recognizing the implications of the penal system, minimal movements and/or substituting the alternative penal system on new ways to resolve criminal conflicts, which empower the parties involved in criminal conduct and limit the power of involvement of the State (ANDRADE, 2006). **Conclusion(s):** For the rules and decisions to be effective, a change in the criminal justice system is essential. Immediately, the conciliatory means of conflict resolution should be prioritized: removing property violations from the criminal sphere without violence or serious threat, decriminalizing, and legalizing illicit drugs, considering that it is a public health problem rather than a criminal one, thus breaking with the violence arising from the "war on drugs, which selectively imprisons the most vulnerable.

KEYWORDS: Collective habeas corpus, maternity, penal system.

REFERÊNCIAS/REFERENCES:

- BRASIL. Relatório temático sobre mulheres privadas de liberdade. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2019¹.
- WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; MARCHT, Laura Mallmann; MELLO, Letícia de. Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo. Revista de Direito da Cidade, vol. 12, no 2. ISSN 2317-7721. pp.1053-1083, 2020².
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Minimalismos, abolicionismos e eficientismo: a crise do sistema penal entre a deslegitimação e a expansão. Revista Sequência, no 52, p. 163-182, jul. 2006³.